



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000308-80.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Mafra

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016-CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Mafra

Unidade: 2ª Vara Cível

Municípios integrantes: Mafra

Juiz titular: Liana Bardini Alves

Chefe de cartório: Cleyton Cristiano Steclan

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-12-2014 a 12-12-2014 –
0013116-88.2014.8.24.0600

Competência: "Res. n. 16/2011-TJ: Art. 3º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Mafra: I - processar e julgar: a) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); b) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); d) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e *habeas data*); e f) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª Vara Cível da comarca de Mafra, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível.

Entrância: Final

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.324
1.1.2	Processos em andamento	6.198
1.1.3	Procedimentos em andamento	126
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 2.359 referem-se a processos de Execução Fiscal e 605 referem-se a processos do Juizado Especial Cível.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.687
1.2.2	Processos em andamento	1.570
1.2.3	Procedimentos em andamento	117
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	177	460	637
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 7-7-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.594	132,83
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.495	124,58
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	592	118,40
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		296
	Civil – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Encerramento do Ato	197	
1.5.1.2	Cumprir Audiência	1	
1.5.1.3	Cumprir Hasta Pública	1	
1.5.1.4	Escrivão	3	
1.5.1.5	Excepcional	3	
1.5.1.6	Processos remetidos ao Tribunal de Justiça	2	
	Execução Fiscal – Processos		
1.5.1.7	Ag. Encerramento do Ato	31	
1.5.1.8	Ag. Prazo	1	
1.5.1.9	Contadoria – Custas Finais	1	
1.5.1.10	Contadoria – Custas Intermediárias	1	
	Juizado Especial Cível - Processo		
1.5.1.11	Ag. Encerramento do Ato	33	
1.5.1.12	Ag. Prazo	1	
	Juizado Especial Fazendário – Processo		
1.5.1.13	Ag. Análise do Cartório	1	
1.5.1.14	Ag. Encerramento do Ato	18	
1.5.1.15	Recebido do Juiz – Despacho	1	
1.5.1.16	Recebido do Juiz – Sentença	1	
1.5.1.17	Observações		
a) Informações obtidas em 7-7-2016.			
b) Na data de 7-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:			
b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 34 processos na fila. O mais antigo data de 29-10-2015.			
b.2) Ag. Análise – Recursos: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 14-6-2016.			
b.3) Cumprir urgente: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 4-7-2016.			
b.4) Recebido do Juiz.			
Recebido do Juiz – Despacho: existem 135 processos na fila. O mais antigo data de 22-2-2016.			
Recebido do Juiz – Decisão: existem 55 processos na fila. O mais antigo data de 14-4-2016.			
Recebido do Juiz – Sentença: existem 67 processos na fila. O mais antigo data de 22-2-2016.			
b.5) Escrivão: existem 43 processos na fila. O mais antigo data de 28-10-2015.			
b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 5 processos com audiências já realizadas.			
b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos por amostragem. Verificou-se que em três (0001352-36.2014.8.24.0041, [REDACTED] e 0301092-46.2015.8.24.0041) há decisão determinando o arquivamento, mas não certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ), e dois (0300230-41.2016.8.24.0041 e 0300237-33.2016.8.24.0041) não há decisão determinando o arquivamento e não há certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).			
b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos por amostragem. Verificou-se que em três (0300305-17.2015.8.24.0041, 0900028-15.2016.8.24.0041, 0900029-97.2016.8.24.0041) há decisão determinando a suspensão, e em dois (0300635-48.2014.8.24.0041 e 0300320-83.2015.8.24.0041) não há decisão determinando a suspensão.			



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	913	1.501
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		13,68%	22,49%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 96

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		36	87
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		48	14
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		324	372
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		4	3
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		1	1
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 7-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		567	304
	Peticionamento eletrônico		74	15
	Mandados		36	24
	AR		65	52
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 7-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	310	206
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 7-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	3	0	7	2
1.6.11.2	Distribuição	3	0	0	0
1.6.11.3	Ministério Público	24	0	30	0
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 29-3-2016. b) Segunda verificação em 7-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	1.336		1.451	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Liana Bardini Alves)	292	0	266	0
	Juiz (André Luiz Lopes de Souza)	0	0	216	0
1.6.12.2	Cartório da Distribuição	7	4	5	3
1.6.12.3	Contadoria	145	41	148	17
1.6.12.4	Ministério Público	26	9	24	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.5	Advogado	300	147	288	81
1.6.12.6	Perito	3	0	13	0
	Leiloeiro	0	0	21	0
1.6.12.7	Procuradorias	563	314	470	358
1.6.12.8	Observações				

a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016.
b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.
c) informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	18	2	8	4
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	78	23	64	1
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	84	9	54	6
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	109	54	79	40
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	64	1
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	240	123	218	100
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	749	218	470	106
1.6.13.8	Cartório – arquivar	28	6	24	13
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	4	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	108	6	452	91
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	49	5	17	6
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	21	9	2	0
1.6.13.14	Cartório – Recebido do Contador	0	0	42	0
1.6.13.15	Cartório – Recebido do Juiz	0	0	29	3
1.6.13.16	Cartório – Recebido do Promotor	0	0	11	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	46	1	16	1
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	75	43	31	14
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	17	1	40	3
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	31	9	17	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	15	3	4	1
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	0	0	7	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	136	0	52	4
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 29-3-2016.				
	b) Segunda verificação em 7-7-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros			
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC		
1.7.8	Observações	a) Não se aplica em face da competência da unidade.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica
		Definitivo		
1.7.9.1	Réu preso - total			
1.7.9.2	Observações			
a) Não se aplica em face da competência da unidade.				

1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.	Não se aplica		
1.7.11	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.			
1.7.12	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).			
1.7.13	Observações	a) Não se aplica em face da competência da unidade.		



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Não se aplica	
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não alimentado	Não alimentado
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016. a.1) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as ações processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que o processo n. [REDACTED] (segredo de justiça) é passível de registro no CNCIAI do CNJ. b) Segunda verificação em 7-7-2016. a.1) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que os processos n. [REDACTED] (segredo de justiça) e 0000376-29.2014.8.24.0041 são passíveis de registro no CNCIAI do CNJ. c) Itens 1.8.2, 1.8.3 e 1.8.4: Não se aplica em face da competência da unidade.		



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCJG.	Não se aplica	
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 19 de julho de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683